

## **CADERNO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO**

**DE**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA RECOLHA,  
AMOSTRAGEM, TRANSPORTE E EXECUÇÃO DE ANÁLISES DA QUALIDADE DA  
ÁGUA DE CONSUMO, ÁGUAS BRUTAS E ÁGUAS RESIDUAIS DO SISTEMA  
INTERMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DO  
ALTO MINHO (PCQA, PCO, CAPT E PCQAR)**

**PRC 168/2023**

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal a aquisição de “Prestação de serviços de assistência técnica na recolha, amostragem, transporte e execução de análises da qualidade da água de consumo, águas brutas e águas residuais do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Minho (PCQA, PCO, CAPT e PCQAR)”.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Contrato**

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Cocontratante nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Prazo contratual**

1. O contrato inicia-se na data da sua assinatura, mantendo-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo automaticamente renovável por igual período, até um máximo de 36 (trinta e seis) meses, ou até se perfazer o limite do preço contratual para cada lote, caso esta última condicionante ocorra em primeiro lugar, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Qualquer das partes pode denunciar livremente o contrato no final de cada prazo de vigência de 12 (doze) meses, devendo informar a outra parte por escrito, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data relativamente à qual se pretende a produção de efeitos.
3. A denúncia nos termos do número anterior não implica o pagamento de qualquer indemnização, por qualquer parte.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **SECÇÃO I**

#### **OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações do Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
  - a) Executar a prestação de serviços que lhe for adjudicado, tal como descrito nas cláusulas deste Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - b) Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões;
  - c) Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços;

- d) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Contraente Pública;
- e) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
- f) Prestar as informações que forem solicitadas pela Contraente Pública;
- g) Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;
- h) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta prestação do serviço objeto do contrato;
- i) Dar cumprimento, a todo o momento, às obrigações legais relativas aos serviços prestados à Contraente Pública, assegurando a execução dos mesmos de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas;
- j) Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relativas e/ou relevantes para a execução da prestação de serviços, incluindo, entre outras e a título meramente exemplificativo, a informação prévia necessária, as circunstâncias de modo, tempo e lugar e os meios de modo a salvaguardar que os serviços serão prestados nos termos contratados, sem hiatos, falhas ou interrupções que pudessem ter sido previstas;
- k) Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento do Cocontratante ou por este gerido em primeira linha;
- l) Comunicar por escrito à Contraente Pública, logo que deles tenha conhecimento, qualquer facto, situação, ocorrência ou vicissitude que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato a celebrar e demais documentos que o integram;
- m) Não alterar, por qualquer modo, as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos e demais documentos que o integram;
- n) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar, por escrito ou de forma oral,

conforme determinado pela Contraente Pública, todos os esclarecimentos que se justifiquem ou que esta entenda necessário;

- o) Comunicar por escrito à Contraente Pública qualquer facto, situação ou vicissitude que ocorra durante a execução do contrato, e que, relativamente ao Cocontratante, altere a sua denominação social, os seus representantes legais, quadros ou funcionários com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica, bem como a sua situação comercial;
  - p) Comunicar por escrito à Contraente Pública, a nomeação do gestor de contrato responsável por parte do Cocontratante pela gestão e acompanhamento da execução do contrato a celebrar, não podendo o mesmo ser substituído sem autorização prévia e por escrito da Contraente Pública;
  - q) Informar, por escrito, a Contraente Pública relativamente a qualquer situação por esta indicada referente à execução do contrato a celebrar, no prazo que lhe vier a ser fixado pela Contraente Pública, o qual não poderá ser inferior a 5 (cinco) dias exceto em caso de urgência;
  - r) Não afetar os serviços objeto do contrato a celebrar, a qualquer outra finalidade diferente da prevista.
2. Constitui encargo do Cocontratante o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.
  3. Na prestação de serviços objeto do presente procedimento, o Cocontratante obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da Contraente Pública.
  4. Os serviços objeto do presente contrato deverão ser executados, de acordo com os programas de controlo analítico e solicitações por escrito, na área geográfica da Contraente Pública.
  5. Para o acompanhamento da execução do contrato, a Contraente Pública poderá requerer ao Cocontratante, reuniões de acompanhamento à execução do contrato.
  6. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo

Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.

7. O Cocontratante obriga-se a dispor de um responsável pela execução do contrato.
8. Após a assinatura do contrato, o Cocontratante informará, por escrito, o nome do responsável, indicando a sua qualificação técnica e, ainda, se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico legal.
9. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos serviços poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável.
10. O Cocontratante deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de um telemóvel, facultando o respetivo número à Contraente Pública.
11. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis para o estabelecimento de comunicação compatível entre a Contraente Pública e o Cocontratante. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.
12. O Cocontratante é responsável por todos os danos causados às e nas instalações da Entidade Adjudicante, a título culposos ou objetivos, que resultem causalmente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 296.º do Código dos Contratos Públicos.
13. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

## **Cláusula 5.ª**

### **Regime dos trabalhadores afetos ao contrato**

- I. Os trabalhadores afetos ao contrato de aquisição de serviços podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo do contrato adjudicado, nos termos do artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º, n.º 2, ambos do CCP.

2. O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução contratual.
4. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental que ateste o cumprimento da obrigação prevista no n.º 1, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.
5. A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do CCP constitui contraordenação muito grave como decorre da alínea f) do artigo 456.º do CCP.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Prazo da prestação do serviço**

1. O Cocontratante obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no presente caderno de encargos, no prazo contratual referido na Cláusula 3.ª.
2. O contrato é automaticamente renovável por períodos de 12 (doze) meses, até um máximo de 36 (trinta e seis) meses, ou até se perfazer o limite do preço contratual para cada lote, caso esta última condicionante ocorra em primeiro lugar, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. Não obstante o prazo estabelecido na cláusula 3.ª do presente caderno de encargos, o termo do contrato ocorrerá na data em que o valor pago ao Cocontratante pelos serviços executados perfizer o valor do contrato, conforme o que ocorrer primeiro.
4. São estabelecidos como vinculativos todos prazos fixados no presente caderno de encargos para receção de amostras, colheita de amostras, transporte de amostras, entrega de resultados individuais, emissão de boletins de ensaio, emissão de editais trimestrais, emissão de relatório periódicos, entre outros.

## **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

### **Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

1. No prazo de 30 dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato (relatórios de ensaio, ficheiros resultados trimestrais e informação complementar), a Contraente Pública procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar à Contraente Pública toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a Contraente Pública deve informar, por escrito, o Cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Contraente Pública, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Contraente Pública procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 30 dias a contar do termo da análise, declaração de aceitação pela Contraente Pública.
7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações ou requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.



### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### **Transferência da propriedade**

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Contraente Pública.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Dever de sigilo**

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. O Cocontratante deverá garantir rigoroso sigilo quanto a informações de que os seus técnicos e demais colaboradores venham a ter conhecimento relacionadas com este empreendimento e demais atividades da Contraente Pública.
6. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

## **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

### **Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a

cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Contraentes Pública, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:
  - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
  - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais,

nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

- 14.O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Conservação de dados pessoais**

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

#### **Transferência de dados pessoais**

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente Pública, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Dever de cooperação**

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Preço base e preço contratual**

I. O preço contratual não pode ser superior a 233.000,00 EUR (duzentos e trinta e três mil euros), para o período de vigência inicial de 12 (doze) meses, sendo automaticamente renovável por iguais períodos, até ao limite de 36 (trinta e seis) meses, podendo atingir o preço máximo de 699.000,00 EUR (seiscentos e noventa e nove mil euros), não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, dividido por 2 (dois lotes):

- a) Lote I – Prestação Serviços Analíticos no âmbito da regulação pela ERSAR (Águas de Consumo) - 150.000,00 EUR (cento e cinquenta mil euros), não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, para o período de vigência inicial de 12 (doze) meses, considerando-se, em caso de renovação do contrato, a despesa máxima prevista de 450.000,00 EUR (quatrocentos e cinquenta mil euros);
- b) Lote II - Prestação Serviços Analíticos no âmbito da regulação pela APA – Agência Portuguesa Ambiente (Captação de Água e Rejeição Águas Residuais) - 83.000,00 EUR (oitenta e três mil euros), não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, para o período de vigência inicial de 12 (doze) meses, considerando-se, em caso de renovação do contrato, a despesa máxima prevista de 249.000,00 EUR (duzentos e quarenta e nove mil euros).

2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Contraente Pública deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela Contraente Pública, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo Cocontratante ao abrigo do contrato, com uma periodicidade mensal.
3. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Contraente Pública não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Contraente Pública proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão,

os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

7. As faturas devem ser remetidas mensalmente e devem respeitar o definido na cláusula técnica I.2.12 deste Caderno de Encargos.

### **SECÇÃO III**

#### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.
5. Para o acompanhamento da execução do contrato, a Contraente Pública poderá requerer ao Cocontratante, reuniões de acompanhamento à execução do contrato.
6. O Cocontratante obriga-se a dispor de um responsável pela execução do contrato.
7. Após a assinatura do contrato, o Cocontratante informará, por escrito, o nome do responsável, indicando a sua qualificação técnica e, ainda, se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico legal.
8. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos serviços poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável.

### **CAPÍTULO III**

## **MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

#### **Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Contraente Pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.



2. A Contraente Pública pode, designadamente, exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento na realização de algum dos serviços indicados nas Cláusulas Técnicas 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> deste Caderno de Encargos, até **5%** (cinco por cento) do preço contratual por cada dia de atraso na sua execução;
  - b) Pelo incumprimento dos prazos indicados nas Cláusulas Técnicas 1.2.2.4, 1.2.4, 2.2.16 e 2.2.18.1 deste Caderno de Encargos, até **5%** (cinco por cento) do preço contratual;
  - c) Não comparência de Técnicos do Cocontratante para a realização de colheita e/ou transporte de amostras, por razões não atendíveis à Contraente Pública, aplicação de penalidade no montante do trabalho em falta;
  - d) Sempre que, na falta de condições para a realização de quaisquer colheitas, as mesmas sejam suprimidas, sem que do facto seja dado conhecimento à Contraente Pública, será aplicada penalidade no montante do trabalho em falta.
3. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Contraente Pública decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. A Contraente Pública pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelo dano excedente.
7. O Cocontratante fica obrigado a ressarcir a Contraente Pública por qualquer coima que lhe venha a ser aplicada por motivo de incumprimento dos Programas de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), Programas de Controlo da Qualidade da Água Residual (PCQAR), monitorização da qualidade das águas captadas exigida pela Agência Portuguesa do Ambiente, ou por ausência ou atraso de comunicação obrigatória de não conformidades verificadas, de acordo com a legislação em vigor, quando os referidos incumprimentos lhe sejam imputáveis.

## **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

### **Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;

- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Resolução do contrato por parte da Contraente Pública**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A Contraente Pública pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:
- a) Atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato, suscetível de comprometer o cumprimento das obrigações legais, a que a Contraente Pública está obrigada no âmbito do controlo analítico, ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo;
  - b) Incumprimento grave dos requisitos técnicos da prestação de serviços, exemplificando-se, os procedimentos de amostragem e colheita previstos, metodologias analíticas, qualificação dos Técnicos de Amostragem, e/ ou outros.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo

Cocontratante ao abrigo da cláusula 18.<sup>a</sup> relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.

### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

#### **Resolução do contrato por parte do Cocontratante**

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

#### **Execução da caução**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela Contraente Pública sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela Contraente Pública não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Contraente Pública para esse efeito.

4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 60 dias após o termo do prazo das obrigações de correção devidas pelo Cocontratante.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **Seguros**

- I. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, designadamente:
- a. O Cocontratante ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.
  - b. O Cocontratante é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor de 100.000,00 EUR (cem mil euros).
  - c. O Cocontratante obriga-se a efetuar o seguro de pessoal afeto à aquisição de serviços, em conformidade com o disposto nas Cláusulas seguintes.
  - d. As apólices de seguro cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais constando delas uma Cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão do presente contrato de Aquisição de Serviços.
  - e. As condições estabelecidas na Cláusula anterior abrangem igualmente o pessoal dos subcontratados que eventualmente trabalhem na aquisição de serviços, bem como os eventuais consultores que venham a colaborar, mesmo que em tempo restrito, respondendo o Cocontratante pela observância de tais condições perante a Contraente Pública.
  - f. O Cocontratante obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na aquisição de serviços, bem como todas as pessoas neles transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas com valor ilimitado de responsabilidade civil.
  - g. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Cocontratante.
  - h. O Cocontratante é o responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal afeto à execução dos trabalhos da presente aquisição de serviços, bem como pela sua aptidão

profissional e disciplina, tendo por base a legislação nacional em vigor.

- i. O Cocontratante é obrigado a manter a harmonia e a boa ordem nos locais de trabalho.
  - j. O Cocontratante obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, sendo de sua conta os encargos que daí resultem.
  - k. O Cocontratante é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou de doença profissional.
2. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 dias.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Deveres de informação**

- 1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
- 2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações**

- 1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente

- Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
  3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

##### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

#### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

# CADERNO DE ENCARGOS

## CLÁUSULAS TÉCNICAS

### I DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- I.1 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante, como obrigação principal, a execução de serviços de análise, colheita e/ou transporte de amostras de águas naturais, de águas para consumo humano, amostragem de efluentes e lamas provenientes de processos de tratamento de águas residuais, de acordo com os **Anexos I a V**. O **Anexo I** (cronograma e parâmetros) encontra-se em apreciação/ aprovação pela ERSAR, a versão final será remetida no início dos trabalhos, podendo conter alterações pontuais relativamente à versão atual (as eventuais alterações exigidas pela ERSAR, são acauteladas pelo volume analítico previsto em **Anexo X**). Os **Anexos II, III, IV e Anexo V** são versões finais.

Os serviços objeto do presente contrato compreendem a divisão em 2 (dois) lotes, para o que serão celebrados contratos autónomos.

Pela dimensão da prestação de serviços e pela área geográfica envolvida, cada entidade concorrente deverá demonstrar de forma inequívoca, a sua capacidade técnica e de meios de amostragem e transporte, para a execução dos serviços tanto de um, como de outro e/ ou, no limite, de ambos lotes (caso apenas sejam recebidas propostas de um único concorrente, para os 2 lotes).

A Águas do Alto Minho, S.A. considera que o volume de trabalhos previstos, a dimensão geográfica dos Sistemas de AA e AR, assim como a dispersão das suas instalações e reservatórios, exigirá a provisão pelo concorrente, dos meios técnicos e materiais de colheita e transporte de amostras indicados em **Anexo XI – documento com preenchimento a completar pelo concorrente**.

### I.2 Descrição dos serviços

- I.2.1 Realização de análises em águas brutas captadas, em águas para consumo humano, em águas residuais urbanas (antes e após tratamento) e lamas de ETAR (valorização), águas residuais de origem não doméstica (“industriais”).

- I.2.1.1 Águas brutas captadas (naturais doces subterrâneas)

De acordo com a legislação aplicável, Decreto-Lei n.º 236/1998 de 01 de agosto – esta visa dar cumprimento a diversas autorizações de captação de água emitidas pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) – qualidade química das massas de água captadas – **Anexo III** (cronograma e parâmetros) deste Caderno de Encargos. Estando alguns processos de



licenciamento em curso, os dados de monitorização referentes a algumas captações poderão ser posteriormente atualizados (após emissão do respetivo TURH/ LUA pela APA).

#### 1.2.1.2 Águas de consumo humano

De acordo com a legislação aplicável, Decreto-Lei n.º 69/2023 de 21 de agosto (PCQA e PCO) – **Anexos I, II e V** (respetivos cronogramas e parâmetros) deste Caderno de Encargos.

#### 1.2.1.3 Águas residuais urbanas

De acordo com a legislação aplicável, Decreto-Lei n.º 236/1998 de 01 de agosto (anexos XVIII e XXII) e Decreto-Lei n.º 152/97 de 19 de junho – visa dar cumprimento a diversas autorizações de descarga de águas residuais urbanas de ETAR, emitidas pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) – **Anexo IV** (cronograma e parâmetros) deste Caderno de Encargos.

#### 1.2.1.4 Lamas de depuração de ETAR (com vista a destino final/ valorização)

De acordo com a legislação aplicável, Decreto-Lei n.º 276/2009 de 02 de outubro (anexo II) – **Anexo IV** deste Caderno de Encargos.

### 1.2.2 Disponibilização de resultados e informação associada

#### 1.2.2.1 Carregamento de resultados analíticos

1.2.2.1.1 Através de ficheiro no formato “.xlsx” ou “.csv” e com os requisitos identificados no **Anexo VII** deste Caderno de Encargos.

1.2.2.2 Disponibilização de resultados através de plataforma eletrónica, que deve obedecer aos seguintes critérios:

Emissão/disponibilização de resultados dentro dos prazos estipulados para cada parâmetro individual, de acordo com os prazos apresentados na proposta;

Conter a informação estruturada de forma a permitir a automatização da importação de dados, de acordo com o referido em 1.2.2.1.1 (**Anexo VII**);

Disponibilização de Boletins de Ensaio dentro dos prazos estipulados na Cláusula 2.2.16 e de acordo com o mencionado na Cláusula 2.2.15;

Possibilidade de emissão de boletim de ensaio parcial, “*on demand*”, quando a amostra se encontra incompleta;

Contemplar os seguintes perfis de acesso:

Tabela I – Identificação dos perfis de acesso na plataforma de resultados eletrónica.

Identificação do utilizador
AdAM1_nome_sobrenome
AdAM2_nome_sobrenome

AdAM3_nome_sobrenome
AdAM4-COP Norte
AdAM5-COP Sul
AdAM6-COP Nordeste

Nota 1: A identificação final dos perfis AdAM1 a AdAM3 será comunicada no início dos trabalhos. Poderá ainda ser solicitada a criação de perfis adicionais.

- 1.2.2.3 Envio de alertas por correio eletrónico para os destinatários que forem indicados pela Contraente Pública (lista destinatários a remeter no início dos trabalhos), sempre que forem verificadas violações de Valores Paramétricos, Valores Limites de Emissão e/ou valores limites estabelecidos pela Contraente Pública, dentro dos prazos definidos e de acordo com o definido no Clausulado do ponto 2.2.16.

No **Anexo VIII** é apresentado exemplo do tipo da informação mínima que deverá conter uma notificação de alerta.

- 1.2.2.4 Reporte – Editais e Relatórios periódicos:

- Emissão de Editais e Relatórios trimestrais de acordo com modelos a ser fornecidos pela Contraente Pública, quando aplicável. A emissão de Editais e Relatórios trimestrais deve ocorrer no prazo máximo de 1 mês após o término do trimestre;
- Disponibilização, com periodicidade mensal e eletronicamente, de relatório com a indicação do número de alertas emitidos AdAM, identificando as amostras, lote e plano correspondente e datas de identificação e envio;
- Disponibilização, via eletrónica, dos registos de colheita. Deve ser incluída informação referente às condições da colheita e transporte das amostras e identificação clara do Ponto de Amostragem (no mínimo, freguesia, rua, número porta ou, em caso de estabelecimento aberto ao público, a designação do mesmo).

- I.2.3 Sempre que se verifique necessária a investigação dos radionuclídeos da Atividade Alfa total, a determinação deverá ser realizada na amostra original, pelo que o Cocontratante terá de assegurar a disponibilidade de remanescente da amostra em quantidade suficiente e em condições de conservação adequadas.
- I.2.4 O Cocontratante obriga-se a estar disponível para a execução de colheitas num prazo máximo de 24 horas, contadas a partir da hora da solicitação, realização de análises e emissão de resultados em situações de verificação de incumprimento de limites e/ ou em situações de urgência.
- I.2.5 O Cocontratante deverá apresentar o seu procedimento de colheitas, auditado pelo IPAC, ou documento equivalente.
- I.2.6 O transporte de amostras de águas de abastecimento com águas residuais e/ ou lamas de saneamento não sendo prevista, deve ser sempre evitada. Em situações em que tal não seja possível e sempre excecionalmente, a Contraente Pública poderá permitir o armazenamento e transporte conjunto, desde que exista uma separação física e efetiva, entre os dois tipos de amostras. Estas situações deverão ser sempre previamente informadas à Contraente Pública.
- O Cocontratante deve ter alocadas malas térmicas para abastecimento e saneamento, inequivocamente identificadas.
- I.2.7 O Cocontratante deve dispor de meios de geolocalização (GPS), de forma a possibilitar a localização e/ou identificação dos locais de colheita.
- A Contraente Pública poderá requerer que o Cocontratante auxilie na georreferenciação dos locais de colheita, sem que isso implique um desvio às rotas planeadas. Esta georreferenciação poderá ocorrer através de software/ aplicação online desenvolvida pela Contraente Pública e partilhada com o Cocontratante, que a deverá executar no decurso dos roteiros diários de amostragem/ colheitas.
- I.2.8 Apoio técnico:
- I.2.9 A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- I.2.10 Constitui encargo do Cocontratante o transporte, deslocação de técnicos e materiais, os serviços de colheita e amostragem, instalação de equipamentos amostragem e fonte energia dos mesmos (exceto nos locais onde a Contraente Pública possua baixada energia e ponto ligação), selagem e proteção dos mesmos, assumindo ainda os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.

1.2.11 Na prestação de serviços objeto do presente contrato o Cocontratante obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da AdAM e demais disposições patenteadas no Regulamento de Fornecedores da Contraente Pública.

1.2.12 Para efeitos de faturação o Cocontratante deverá observar as regras estabelecidas pela Contraente Pública, pelo que previamente à emissão da fatura deverão ser remetidos, os respetivos quadros de contabilização dos serviços prestados mensalmente, para conferência e registo em sistema interno.

Posteriormente ao registo em sistema interno, a Contraente Pública remeterá para o Cocontratante o número de entrada que deverá constar na fatura correspondente, juntamente com o número de pedido de compra.

Os referidos quadros devem ser remetidos com periodicidade mensal e apenas devem incluir amostras com todos os serviços associados terminados.

Devem ser remetidos quadros separados por lote, por âmbito de atividade (abastecimento e saneamento) e para cada amostra deve ser referenciada a seguinte informação (consultar **Anexo VI** deste Caderno de Encargos):

- Números de identificação do Cocontratante (i.e., número do relatório de ensaio - se este não estiver disponível, deve incluir a identificação do local de colheita);
- Tipo de produto (matriz);
- Plano associado ou indicação de amostra “extra”, se for o caso;
- Tipo de controlo associado (quando estiver definido no plano em causa);
- Data de pedido e identificação do remetente AdAM para a realização de amostra ou parâmetro(s) extra;
- Data de pedido e identificação do remetente AdAM para a realização de contra-análise;
- Data de colheita/receção da amostra;
- Data de emissão do Boletim de Ensaio;
- Qualquer informação relevante.

## 2 OBJETO E ÂMBITO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

### 2.1 Serviços a Prestar

2.1.1 A Aquisição de Serviços tem por objeto:

A realização de análises em águas brutas captadas, em águas para consumo humano, em águas residuais urbanas (antes e após tratamento) e lamas de ETAR (valorização), de acordo com os cronogramas e agrupamentos paramétricos expostos em **Anexos I a V** deste Caderno de Encargos.

### 2.2 Forma da Prestação de Serviços

- 2.2.1 A execução dos serviços será efetuada, sem prejuízo do disposto nas Cláusulas anteriores, em função das necessidades da Contraente Pública, e em datas a acordar.
- 2.2.2 Planificação de amostras
- O agendamento de colheitas deverá respeitar o indicado nos pontos seguintes, sendo possível proceder a ajustes pontuais com vista à otimização do serviço a prestar pelo Cocontratante, salvo onde indicado de forma diferente. No entanto, todos os ajustes deverão ser previamente submetidos à apreciação da Contraente Pública e só produzirão efeitos após resposta afirmativa remetida por escrito.
- 2.2.2.1 Abastecimento – Controlo legal em Alta e Baixa
- Controlo da Água de consumo humano em Baixa - Planificação de acordo com documento oficial retirado da plataforma da ERSAR (IDQA ou **PCQA**) – **Anexo I** (cronograma e parâmetros).
- 2.2.2.2 Abastecimento – Controlo Operacional
- Este plano (**PCO**) pode ser ajustado pelo Cocontratante, após aprovação da Contraente Pública, desde que se respeitem os controlos definidos para épocas específicas do ano e distribuição mensal pré-definida – **Anexo II** (cronograma e parâmetros).
- 2.2.2.3 Águas Brutas (naturais subterrâneas e superficiais)
- De acordo com plano em **Anexo III** (cronograma e parâmetros), podendo ser ajustado pelo Cocontratante, após aprovação da Contraente Pública, desde que se respeite a distribuição semestral pré-definida.
- 2.2.2.4 Saneamento – Controlo legal
- Planificação de acordo com documento oficial (**PCQAR** – **Anexo IV**, inclui cronograma e parâmetros).
- Este plano pode ser ajustado pelo Cocontratante, após aprovação da Contraente Pública, desde que se respeitem as distribuições mensais/ trimestrais/ semestrais pré-definidas.
- No processo de agendamento, para os controlos mensais o Cocontratante deve, preferencialmente, propor datas não coincidentes com o primeiro dia útil de cada semana.
- O agendamento proposto pelo Cocontratante só será válido após confirmação formal por parte da Contraente Pública.
- 2.2.2.5 Controlos analíticos extra
- Apenas executados após pedido formal da Contraente Pública ao Cocontratante – **Anexo V** (águas consumo humano) e **Anexo IV** (águas residuais, parâmetros CL e parâmetros “individuais”).

- 2.2.3 O Cocontratante deverá ser acreditado para os parâmetros e colheitas indicados com essa obrigatoriedade nos **Anexos I, IV e IX**.
- 2.2.4 Alternativamente, o Cocontratante, se assim o entender, poderá subcontratar o serviço de colheitas de águas de consumo, na íntegra, a uma entidade acreditada para o efeito (considera-se que a determinação de Desinfetante residual e Temperatura de campo são partes integrantes das colheitas de águas para consumo humano e, como tal, deverão estar acreditados).
- 2.2.5 Sempre que subcontratar parâmetros, o Cocontratante deverá assegurar as condições de transporte de amostras, de acordo com a Norma ISO 5667 e Recomendação ERSAR N° 1/2017.
- 2.2.6 Amostragem PCQA - Conforme determinação da Entidade Reguladora, a amostragem deverá ser efetuada, sempre que possível, nas redes prediais, i.e., no interior dos domicílios. Assim e antes de qualquer outra ação, o Técnico de Amostragem deverá assegurar-se de que a água afluenta à torneira de recolha é diretamente proveniente da rede pública i.e.; deverá inteirar-se da não mistura de águas de poços ou nascentes particulares com a da rede e da não existência de reservatório predial a intercetar a afluência da água à torneira de recolha. Em caso de verificação de que a torneira de recolha não reúne as condições satisfatórias de segurança, pelos motivos enunciados, ou pelo seu mau estado de conservação, limpeza e higiene, o Técnico de Amostragem deverá informar de imediato a Contraente Pública que, indicará um outro ponto de amostragem alternativo. Qualquer outra situação que impeça a colheita no local e data previstos no PCQA, deverão igualmente ser comunicadas à Contraente Pública, num período máximo de 24 horas.
- 2.2.7 Amostragem PCO (análises “P”) -A amostragem para as análises P – parasitologia (PCO) deverá processar-se através de filtração de significativos volumes de água (tipicamente 100 a 500 l), executada “*em campo*”, com recurso a bombas de pressurização ou outro dispositivo similar e utilização de filtros *Filta-Max* da IDEXX (ou similar). O transporte, eluição e concentração das amostras deverão processar-se de acordo com o mesmo protocolo IDEXX (ou similar) (método 1623 da USEPA).
- 2.2.8 Amostragem PCQAR (CE1; CE2) - Os processos de amostragem/ colheita, preservação e transporte das amostras e respetivo equipamento/material, serão integralmente realizados/ disponibilizados pela entidade laboratorial.
- A amostragem deverá ser composta, com recurso a equipamento automático (amostrador), envolvendo diversas tomas periódicas proporcionais ao caudal durante 24 horas ou, em alternativa, composta por 24 tomas a periodicidade horária de volume fixo.
- O local de colheita da amostra deverá ser representativo do real desempenho da instalação, devendo evitar-se zonas de estagnação águas, sedimentação excessiva ou colheita à superfície da coluna de água onde prevalecem sobrenadantes.
- 2.2.9 Todas as amostras colhidas no âmbito desta prestação serão para uso exclusivo da Águas do Alto Minho S.A.

- 2.2.10 É da responsabilidade do Cocontratante dispor de todo o material de colheita e apoio (malas térmicas e termoacumuladores em quantidade adequada que assegure a correta prestação dos serviços) para a realização dos controlos analíticos cuja colheita seja da sua responsabilidade.
- 2.2.11 No ato de receção das amostras, o Cocontratante deverá verificar o cumprimento do planeado nos Planos de Controlo Analítico fornecidos pela Contraente Pública. Caso não o faça, e o previsto não seja cumprido na íntegra, poderá ser solicitada uma repetição das análises, sem encargos para a Contraente Pública.
- 2.2.12 Com o fim de assegurar a qualidade técnica, e a uniformização da prestação de serviços, objeto do presente concurso, e tendo em consideração os Anexos I, V e IX deste Caderno de Encargos, o Cocontratante deverá assegurar:
- a) Que a subcontratação a outro(s) laboratório(s), dos parâmetros solicitados de acreditação obrigatória para as Águas de consumo, no máximo não exceda os 30% (preencher informação correspondente no Anexo IX).
- Para efeitos de contabilização dos parâmetros apenas devem ser considerados os referidos no Decreto-Lei nº 69/2023. Entram para a contabilização os parâmetros individuais dos agrupados, como por exemplo os radionuclídeos da Atividade Alfa total.
- b) Que a análise de parâmetros agrupados, conforme disposto nos **Anexos I a V** do Caderno de Encargos e extrato PCQA do portal ERSAR, seja feita conjuntamente.
- 2.2.13 Para a realização dos parâmetros incluídos no Decreto-Lei nº 69/2023, o Cocontratante deverá estar reconhecido pela Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), como **APTO** para todos eles.
- Adicionalmente deverá apresentar metodologias que cumprem com o estipulado no referido Decreto-Lei (preencher informação correspondente no Anexo IX). A metodologia analítica utilizada para a determinação de cada parâmetro, não deverá variar em função do “*programa analítico*”, i.e., deverá ser a mesma independentemente da referida determinação se referir a PCQA, PCO e/ ou análise de verificação.
- 2.2.14 Para a realização dos parâmetros em Águas Naturais Doces, o Cocontratante deverá apresentar metodologias que cumpram com o estipulado no Decreto-Lei nº 236/98.
- 2.2.15 Apresentação de resultados
- 2.2.15.1 Os parâmetros que se refiram a amostras de Águas de consumo humano, têm de ser realizados de acordo com o estabelecido nos Decreto-Lei nº 69/2023 ou noutra regulamentação aplicável ao sector das águas, em particular as recomendações emanadas pela Autoridade Reguladora do Sector, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).
- 2.2.15.2 Para os parâmetros referidos na alínea anterior, os resultados terão de ser apresentados nas unidades especificadas na legislação aplicável, e apresentar o

enquadramento relativamente aos valores paramétricos/ limites estabelecidos legalmente.

2.2.15.3 Os resultados analíticos deverão ser apresentados, sob forma de boletim, em formato digital (“pdf”), de acordo com os prazos de entrega referidos na Cláusula 2.2.16, em língua portuguesa.

2.2.15.4 Adicionalmente, à medida que os ensaios forem ficando concluídos, os resultados deverão ser disponibilizados através de plataforma eletrónica para o efeito, com a informação estruturada, conforme descrito na Cláusula 3.2.2.2.

2.2.15.5 O Cocontratante deverá verificar a coerência dos resultados a enviar, procedendo a eventuais repetições de análises, e correção de resultados, sempre que tal seja necessário, sem encargos adicionais para a Contraente Pública.

2.2.16 Prazo de entrega de resultados

2.2.16.1 O Cocontratante deverá remeter digitalmente, para o(s) endereço(s) eletrónico(s) da AdAM (a indicar aquando do início dos trabalhos), os boletins de ensaio terminados e autorizados pelo seu Responsável Técnico.

O prazo máximo de disponibilização dos boletins de ensaios referentes a amostras de Água de consumo humano deve cumprir com o seguinte:

Tabela 2 – Prazo máximo de disponibilização de boletins de ensaio – Abastecimento.

Controlos	Prazo máximo (dias úteis)
Controlo de Rotina 1 (CR1)	3 dias
Controlo de Rotina 2 (CR2)	8 dias
Controlo de Inspeção (CI)	20 dias

Para os restantes parâmetros no âmbito do abastecimento deverá ser considerado como prazo máximo de entrega de boletins, 20 dias úteis.

2.2.16.2 Ainda em relação aos parâmetros incluídos no Decreto-Lei nº 69/2023, e no caso de se verificar uma violação de Valor Paramétrico, e ser necessária uma análise de verificação ao incumprimento, os tempos de entrega de resultados deverão ser inferiores aos descritos no ponto anterior. Na proposta apresentada pelo Cocontratante devem ser referidos os prazos a considerar neste tipo de circunstâncias.



2.2.16.3 Em relação aos parâmetros referentes a Águas residuais, o Cocontratante deverá entregar os boletins de ensaio no prazo máximo de 10 dias úteis.

2.2.16.4 Não obstante os prazos máximos definidos em 2.2.16.1 e 2.2.16.3, devem ser respeitados os prazos máximos individuais seguintes (águas de consumo humano):

Tabela 3 – Prazo máximo de disponibilização de resultados individuais – Abastecimento.

Controlos	Prazo máximo (dias úteis)
Análise ao Alumínio	4 dias
Análise ao Arsénio	4 dias
Análise ao Manganês	4 dias

Em caso de divergência entre o prazo máximo de emissão do boletim de ensaio e o prazo máximo estabelecido na tabela 3, deverá prevalecer o prazo mais restritivo.

2.2.16.5 No que respeita aos resultados de Águas de consumo, o Cocontratante obriga-se a comunicar, de imediato (<24 horas), à Contraente Pública (por correio eletrónico), sempre que detete algum valor, em algum parâmetro, que ultrapasse os Valores Legais estabelecidos no Decreto-Lei n.º 69/2023.

O mesmo se aplica a incumprimentos detetados em amostras de controlo operacional cujos valores limite, de alerta (LA) e/ ou críticos (LC), tenham sido ultrapassados (ver **Anexo IX**).

Sem prejuízo do referido anteriormente, a comunicação dos incumprimentos deverá ocorrer ainda, sempre antes da emissão dos correspondentes relatórios de ensaio.

Para efeitos de comunicação, o Cocontratante deverá emitir um alerta (consultar **Anexo VIII**) para a lista de contactos facultada pela Contraente Pública aquando do início dos trabalhos.

2.2.16.6 No que respeita a resultados de Águas residuais, o Cocontratante obriga-se a comunicar de imediato (<24 horas), à Contraente Pública (por correio eletrónico), o resultado das violações aos Valores Limites de Emissão (VLE). Os Valores Limites de Emissão (VLE), são os constantes no Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98 de 01 de Agosto e Decreto-Lei n.º 152/97 de 19 de junho, que refletem os valores estabelecidos nas licenças de descarga de cada instalação – amostragem à saída da estação depuradora.

Para efeitos de comunicação, o Cocontratante deverá emitir um alerta para os contactos cedidos pela Contraente Pública, aquando do início dos trabalhos.

2.2.16.7 Para efeitos de comunicação de alertas deve ser remetido um e-mail que inclua, no mínimo, a informação constante do exemplo apresentado no **Anexo VIII**.

## 2.2.17 Repetição de análises

### 2.2.17.1 Águas naturais e Águas de consumo humano

- a) Sempre que não seja possível a realização de um parâmetro, ou grupo de parâmetros, devido a erros ou acidentes cuja responsabilidade seja imputável ao Cocontratante, as análises deverão ser repetidas, sem encargos adicionais para a Contraente Pública. O mesmo se aplica a falhas na verificação das requisições, por parte do Cocontratante.
- b) No caso de parâmetros pertencentes a um Controlo de Inspeção (CI), do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) de Águas de consumo, a não realização de um parâmetro, por razões imputáveis ao Cocontratante, implicará a repetição de todos os parâmetros desse grupo (ou seja, Rotina 1 + Rotina 2 + Controlo de Inspeção), sem encargos adicionais para a Contraente Pública (exceto se a ERSAR aceitar o destacamento noutra data do(s) parâmetro(s) em falta).

A mesma abordagem deve ser aplicada no caso de parâmetros pertencentes a um Controlo de Rotina 2 (CR2).

- c) Se um parâmetro contratado como acreditado, de acordo com a proposta apresentada pelo Cocontratante, tiver um resultado emitido como não acreditado, por motivo imputável ao Cocontratante, não haverá lugar à sua faturação.

### 2.2.17.2 Águas residuais

- a) No que respeita a Águas residuais, a falha na realização de um parâmetro no conjunto de uma ETAR, devido a erros ou acidentes, cuja responsabilidade seja imputável ao Cocontratante, implicará a repetição de análises de todas as amostras do conjunto, sem encargos adicionais para a Contraente Pública.
- b) Se um parâmetro, com exigência de acreditação identificada no Anexo IX, for emitido como não acreditado, por motivo imputável ao Cocontratante, não será faturado.

## 2.2.18 Descarte de amostras

2.2.18.1 Para efeito de confirmação de resultado (contra-análise) que se possa revelar necessário, o Cocontratante deverá armazenar as amostras pelo prazo analítico máximo permitido pelo parâmetro em causa. O não cumprimento da condição anterior, inviabilizando a realização de contra-análise, poderá originar a repetição de todo procedimento de amostragem e análise, sem encargos adicionais, se a Contraente Pública assim o determinar.

## 2.2.19 Colheita de amostras

Para perceção do número de amostras, tipologia, produto, n.º de dias de trabalho, circuitos de colheitas, o Cocontratante poderá aplicar o filtro “Sistema” a cada um dos ficheiros “xls” em **Anexo I** a **Anexo V**. Dessa forma será obtido o volume total de serviço analítico, distribuído por cada Município. O conteúdo analítico global, afeto a

cada um dos Lotes 1 e 2, enunciados na Cláusula 14.<sup>a</sup> deste Caderno de Encargos, consta do **Anexo X “Lotes”**.

Quando houver lugar à colheita de amostras, não deve ser considerado custo de transporte. O Cocontratante deve incluir no custo da colheita o custo associado ao transporte (dias de amostragem).

No caso das amostragens de águas residuais, os custos de colheita e transporte deverão ser incorporados no custo de amostragem (não é discriminado o pagamento de dias de colheitas de águas residuais que de resto, também poderão coincidir com dias de colheitas de águas brutas, conforme constante nos cronogramas remetidos em anexo).

Se a Contraente Pública identificar uma prestação deficiente e grave, por parte de um colaborador do Cocontratante, esse técnico ficará impedido de prestar serviços no âmbito do contrato.

- 2.2.20 Nos atos de colheita e/ou transporte de amostras, o Cocontratante obriga-se a:
- a) Garantir o cumprimento dos Programas de Controlo Analítico entregues pelo Adjudicante;
  - b) Garantir o cumprimento de horários de entrega e temperaturas de transporte das amostras;
  - c) Minimizar os riscos associados à atividade, salvaguardando as condições de segurança dos trabalhadores, das infraestruturas e de todas as partes interessadas, incluindo Clientes da Contraente Pública (utilização EPI);
  - d) Minimizar os impactes ambientais decorrentes da atividade, garantindo a gestão dos resíduos decorrentes da mesma, nos termos da legislação em vigor;
  - e) Sempre que não seja possível a realização de uma colheita, devido a erros ou acidentes cuja responsabilidade seja imputável ao Cocontratante, garantir a repetição da colheita, na íntegra, sem encargos para a Contraente Pública. O mesmo se aplica a falhas na verificação dos Planos, por parte do Cocontratante.
- 2.2.21 O Cocontratante obriga-se a executar as prestações objeto do contrato com a equipa técnica que fizer parte da sua proposta, sem prejuízo de alterações pontuais que não diminuam o nível de qualificação técnica proposto.
- 2.2.22 O Cocontratante deverá ter a capacidade de receber, e analisar, amostras fora do horário normal de trabalho, incluindo feriados e fins-de-semana, sempre que solicitado.
- 2.2.23 A comunicação entre a Contraente Pública e o Cocontratante deverá ser realizada em língua portuguesa.
- 2.2.24 Compete ao Cocontratante organizar, e gerir integralmente, todos os sistemas que considerar necessários para fornecer e realizar as tarefas solicitadas no âmbito da prestação de serviços.

- 2.2.25 O Cocontratante deverá dar especial atenção ao cumprimento de todos os requisitos da Norma de Acreditação de Laboratórios, e amostragem, pelo que deverá adotar os meios de organização adequados a esta exigência.
- 2.2.26 O Cocontratante deverá dar especial atenção à comunicação de resultados, conforme os prazos definidos no presente Caderno de Encargos na Cláusula 2.2.16.

**ANEXOS** (CONSTAM DE FICHEIRO EXCEL APENSO A ESTE CADERNO DE ENCARGOS)

Anexo I – PCQA (cronograma)

Anexo II – PCO (cronograma e parâmetros)

Anexo III – Captações (cronograma e parâmetros)

Anexo IV – PCQAR (cronograma e parâmetros)

Anexo V – Controlo Analítico Extra (PCQA e PCO – parâmetros previstos)

Anexo VI – Modelo “Mapa de Trabalhos Efetuados” (documento a preencher para faturação)

Anexo VII – Modelo “Ficheiro de Análises” (documento base para elaboração editais, migração para BD AdAM)

Anexo VIII – Modelo “Notificação de incumprimento VP/ VA à AdAM”

Anexo IX – Qualidade Técnica (**documento a preencher pelo Concorrente**)

Anexo X – Lotes

Anexo XI – Amostragem (**documento a preencher pelo Concorrente**)